

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS – REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS III

TEXTO CONSTITUCIONAL

LXIX – conceder-se-á **mandado de segurança** para proteger **direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data***, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

- “não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*” – **natureza residual** do MS.
- “ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público” – exemplo: é possível entrar com um MS contra uma faculdade, que se recusa a emitir o certificado de conclusão.

MANDADO DE SEGURANÇA

- **Origem:**
 - Constituição brasileira de 1934.
- **Cabimento:**
 - Natureza residual.
 - Conceito de direito líquido e certo – aquele direito de natureza pré-constituída meramente documental.
- **Momentos da impetração:**
 - Antes ou depois da violação do direito líquido e certo.
- **Prazo:**
 - Na CF, não existe prazo.
 - Porém, na Lei do Mandado de Segurança, foi estipulado um prazo.
 - **Prazo decadencial de 120 dias.**
 - Esse prazo só existe para o **MS repressivo** – aquele depois da violação ao direito líquido e certo.

Obs.: | Exemplo:

- Edital publicado em dezembro.
- O edital prevê que pessoas com a situação X não podem participar – uma condição de saúde/física específica.



- A prova ocorre em março.
- A convocação ocorre em setembro.
- A pessoa passou e, ao ser chamada para o exame físico em setembro, foi rejeitada.
- Note que, pelo menos, 9 meses já se passaram desde a publicação do edital até a realização do exame.
- **Questão:** ainda cabe entrar com MS nessa situação? **Entendimento do STF:** o prazo decadencial de 120 é da intimação do candidato, isto é, do tempo em que o candidato teve ciência de que foi eliminado.
- **Desistência:**
 - É possível a qualquer tempo.
 - Independentemente do consentimento do impetrado.
 - **E atenção:** mesmo que haja sentença favorável ao impetrante, ele ainda pode desistir.

Não cabe MS...

- Contra decisão judicial transitada em julgado.
- Contra decisão interlocutória de juizado especial.
 - Iria contra a celeridade do juizado especial.
- Contra decisão passível de recurso com efeito suspensivo.
 - Exemplo: uma pessoa é condenada por roubo a 5 anos de prisão em regime fechado. Se essa pessoa, que estava respondendo em liberdade, recorrer, a sua apelação terá efeito suspensivo. Ou seja, ele não vai para a cadeia até que essa apelação seja julgada.



Obs.: | Exemplo:

- Caso da Suzane von Richthofen.
- Estava cumprindo pena em regime fechado.
- Depois, ganhou progressão para regime semiaberto.
- Diante dessa situação, o MP recorre – e, por conta dela estar cumprindo pena, o recurso será o Agravo em Execução.
- O Agravo em Execução é um recurso **sem efeito suspensivo**. Sendo assim, o recurso não impediria a Suzane von Richthofen de ir para o regime semiaberto.
- **E atenção:** não cabe mandado de segurança para dar efeito suspensivo a recurso do MP.
- Para dar efeito suspensivo a recurso do MP que não o possui.
 - É uma súmula do STJ.

- A decisão proferida no MS não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito.
 - Exemplo: em fevereiro, param de dar o auxílio alimentação da pessoa. Apenas 2 meses depois, a pessoa entra com MS. Essa pessoa só pode pedir o direito dali para frente. Ou seja, não pode pedir, no MS, o dinheiro que ficou para trás/os atrasados.
- Contra ato de gestão negocial de entidade exploradora de atividade econômica.

ATENÇÃO

Essa é uma das hipóteses que mais cai em prova.

- Em outras palavras, não cabe MS contra ato de gestão negocial de empresa pública e sociedade de economia mista, agindo como se fosse particular.
- Se está agindo como uma entidade privada → incide a regra da entidade privada.



- Contra lei em tese.
 - Para questionar lei em tese → cabe ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade).
- Não compete ao STF conhecer originariamente de mandado de segurança contra atos de outros Tribunais.

O seguinte raciocínio vale para **mandado de segurança, habeas data, revisão criminal e ação rescisória**.

- Contra tribunais → cada um julga o seu.

Exemplo:

- STJ: 33 ministros.
 - $\frac{1}{3}$ do TRF.
 - $\frac{1}{3}$ do TJ.
 - $\frac{1}{3}$ do MP/OAB.
- Abriu vaga da OAB.
- A OAB faz lista sêxtupla, manda para o STJ que diminui para uma lista tríplice e manda para o Presidente escolher.
- **Mas problema:** o STJ nega a lista e manda voltar para a OAB. A OAB entra com MS, pois indica que tem direito líquido e certo de saber porque não aceitou a lista.
- **Quem vai julgar esse MS?** O próprio STJ.



- O STJ, claramente, negou o MS. Depois disso, caberia Recurso Ordinário para o STF.

Súmula n. 625/STF: *Controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança.*

Julgamento do STF:

- 2021 – o STF foi julgar a Lei do Mandado de Segurança.
- Foi declarada a **inconstitucionalidade** da exigência de prévia oitiva da pessoa jurídica de direito público para conceder liminar.
- **Atenção:** hoje, é possível conceder liminar *inaudita altera pars* – sem ouvir a parte contrária.
- **Lembre-se:** também é possível conceder liminar para **compensação de crédito tributário**.
- **Mandado de Segurança Coletivo:**
 - Cabe para partido político com representação no Congresso.
 - Cabe para sindicato.
 - Cabe para entidade de classe.
 - Cabe para associação há mais de um ano.
 - Mas não pode pelo MP e não pode pela Defensoria Pública.

TEXTO CONSTITUCIONAL

LXXI – conceder-se-á **mandado de injunção** sempre que a **falta de norma regulamentadora** torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

- “injunção” – intromissão.
- “falta de norma regulamentadora” – **omissão legislativa**. E estamos diante de **norma de eficácia limitada**.



MANDADO DE INJUNÇÃO

- **Origem:**
 - Constituição de 1988.
- **Teorias concretista x não concretista**
- **Teoria não concretista** – apenas declara a mora legislativa.
- **Teoria intermediária** – primeiro, dá prazo para legislar. Se não resolver, o Judiciário resolve.
- **Teoria concretista** – o Judiciário já resolve, diretamente, o problema.

Em um primeiro momento, a teoria não concretista era adotada.

Em 2007, o STF muda o seu entendimento e passa a adotar a teoria concretista.

Mas atenção: a Lei do Mandado de Injunção prevê a teoria intermediária.

Art. 8º Reconhecido o estado de mora legislativa, será deferida a injunção para:

I – determinar prazo razoável para que o impetrado promova a edição da norma regulamentadora;

II – estabelecer as condições em que se dará o exercício dos direitos, das liberdades ou das prerrogativas reclamados ou, se for o caso, as condições em que poderá o interessado promover ação própria visando a exercê-los, caso não seja suprida a mora legislativa no prazo determinado.

Parágrafo único. Será dispensada a determinação a que se refere o inciso I do *caput* quando comprovado que o impetrado deixou de atender, em mandado de injunção anterior, ao prazo estabelecido para a edição da norma.



Obs.: | MI coletivo – efeitos da decisão:

- É *inter parts* ou erga omnes? **Cuidado:** mesmo sendo coletivo, **os efeitos da decisão de um MI coletivo é inter parts.**

TEXTO DA LEI N. 13.300/2016

Art. 12. O mandado de injunção coletivo pode ser promovido:

I – pelo Ministério Público, quando a tutela requerida for especialmente relevante para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático ou dos interesses sociais ou individuais indisponíveis;

II – por partido político com representação no Congresso Nacional, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas de seus integrantes ou relacionados com a finalidade partidária;

III – por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas em favor da totalidade ou de parte de seus membros ou associados, na forma de seus estatutos e desde que pertinentes a suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial;

IV – pela Defensoria Pública, quando a tutela requerida for especialmente relevante para a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.

Este material foi elaborado pela equipe pedagógica do Gran Concursos, de acordo com a aula preparada e ministrada pelo professor Aragonê Fernandes.

A presente gravação tem como objetivo auxiliar no acompanhamento e na revisão do conteúdo ministrado na videoaula. Não recomendamos a substituição do estudo em vídeo pela leitura exclusiva deste material.
